

Cultura global: perspectiva de um futuro econômico promissor?!

Telenia Hill

Pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Reflete-se sobre o dinamismo do fenômeno cultural entrosado com os da revolução e da comunicação. Privilegiam-se os processos, as instituições e os contextos sociais por meio dos quais o discurso é pronunciado, transmitido e recebido pela análise das relações de poder, formas de autoridade, tipos de recurso e outras características desses contextos. Critica-se o emprego do termo *global* na atualidade, numa ideologia de *marketing* liderada pelos Estados Unidos, danosa para a América Latina. Flagram-se os discursos de Bill Clinton, proferidos no Brasil, e, dentre outras, as ópticas de Anthony Giddens e Milton Santos.

Palavras-chave

Cultura, comunicação, revolução, global, mercado

Cultura global: perspectiva de um futuro econômico promissor?!

Ao se refletir sobre a transformação da cultura e da comunicação na segunda metade do século XX, avalia-se até que ponto o fenômeno da revolução e o movimento revolucionário de maio 68 terão influenciado na dinamização daquele processo.

A manifestação pública dos jovens ofereceu um belo exemplo de nacionalismo e conscientizou a decadência, ou, mesmo, a morte da sociedade que assistia à derrocada dos valores familiares e religiosos. Esta sociedade é apontada como a causa, talvez, de desordens da alma e da consciência observadas, e do surgimento de uma sociedade sobretudo indiferente, anônima e cibernética, que irá constituir uma comunidade muito frágil. A partir daí coloca-se em evidência uma nova postura humana, e, segundo Morin (1988, p. 124), o movimento de 68 introduziu, no mundo moderno, em países prósperos, “fermentos tradicionais de contestação” que, trabalhando o terreno novo, pôde acelerar

¹Trabalho apresentado no II Altercom – Jornada de Inovações Midiáticas e Alternativas Experimentais.

²Crítica e ensaísta. Mestre em Linguística e Doutora em Letras pela Faculdade de Letras da UFRJ e Pós-doutora em Ciências Sociais e Humanas pela Sorbonne – Paris V. Professora-Adjunta da UFRJ. Professora Titular da antiga Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE)

as mutações dos séculos XX e XXI. Castoriadis (ibidem), entretanto, argumenta que o fermento da “crise” se instala na juventude (estudantes, operários, professores, etc.), e questiona se, no futuro, terão elas coesão suficiente para desempenhar uma função histórica. Não serão tragadas pelo império da cultura a que são subjugadas?

Pensa-se que a resposta já está sendo dada pela cultura dos tempos de hoje, que, cada vez mais, faz parte de um processo de mercantilização que se diz de caráter global.

Featherstone (1994, p. 71) questiona a expressão *cultura global* se global referir-se à “cultura do estado nacional como um todo”. Entretanto, segundo ele, seria admissível se se abandonasse a estaticidade do conceito de global e se se reportasse a processos de integração e desintegração cultural que ocorrem a nível transnacional o transocial. Como afirma o autor,

pode ser possível destacar processos culturais transociais (...) que sustentam a permuta e o fluxo de mercadorias, de pessoas, informações, conhecimento e imagens que dão origem aos processo de comunicação e que adquirem uma certa autonomia a nível global.

São os chamados sistemas emergentes de “terceiras culturas” que ultrapassam o simples sistema de trocas bilaterais. Featherstone salienta ainda que o processo de aculturação global não concorre necessariamente para o enfraquecimento dos países, e, também, as terceiras culturas não concorrerão obrigatoriamente para a homogeneização.

É importante que se chame a atenção para o fato de que uma discussão sobre cultura global é delimitada por um tempo, um espaço e por agentes de discussão específicos. O próprio tempo em que se discute está sujeito a discordâncias no que toca à sua caracterização.

O caminho para a civilização científico-industrial, escolhida pela maioria das sociedades, foi o do fundamentalismo secular do Iluminismo, e Gellner assinala que

vivemos em um mundo no qual o estilo de conhecimento (a racionalidade do Iluminismo), embora nascido de uma única cultura está sendo adaptado por e cada uma das múltiplas culturas surgidas, com enorme rapidez e ânsia, subvertendo muitas delas e transformando totalmente o ambiente em que vive o homem. Isso é apenas um fato (GELLNER, apud KUMAR, 1997, p. 187).

Diante dos prós e dos contras sobre a instauração da pós-modernidade, cabe a pergunta: A pós-modernidade realmente existe? Segundo Krisham Kumar, se não

existe, ela nos cerca por toda parte. A criação incessante de “um ambiente saturado de imagens” autentica-a, segundo o autor, uma vez que é veiculada pelas indústrias da cultura. Vive-se, pelo menos, durante grande parte do tempo, uma realidade virtual que é experimentada extaticamente por meio da Internet, com deleite ou sofrimento, no trabalho ou no lazer. Vive-se o momento da cultura-mercadoria, em que a cultura deixou de ser um complemento à nossa atividade de trabalho para constituir a própria atividade, que toma uma dimensão industrial, sendo produzida e consumida inclusive nas horas de folga.

Alguns estudiosos, apesar de sua cautela em afirmar o pós-modernismo como teoria, denominam-no “a lógica do capitalismo tardio”. Se se quer proceder a uma análise que produza frutos, devem-se focalizar as áreas econômica, social e política.

Segundo ainda Kumar, a pós-modernidade se concentra mais nos efeitos perceptivos e expressivos da tecnologia da informação do que em seu impacto econômico, como atestam os trabalhos de Jean Baudrillard e outros.

Já se fez referência às importantes transformações que a visão da realidade e o comportamentos individuais vêm sofrendo, mas seria duvidoso afirmar que a sociedade de informação estaria inaugurando “uma nova ordem social”.

Com respeito aos novos movimentos sociais, ao invés da propalada homogeneização automática, flagra-se uma tensão entre o *local* e o *global*, avultando a importância que se dá à interação com as operações do capitalismo contemporâneo.

Indiretamente o global estimula o local, mas esse assunto se reveste de muita complexidade. Como acrescenta Harvey, “a acumulação flexível explora tipicamente uma larga faixa de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes e as reconstitui como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente” (HARVEY, 1989, P. 24).

Parece que o pós-modernismo, na defesa da característica de apologia ao lugar e às identidades locais, ignora esse fator irrefutável, uma vez que o constata e o louva, como se fossem verdadeiras essas manifestações de aparente autonomia, geradas por forças ocultas que dissimulam a liberdade de uma auto-afirmação local. Assim, faz-se mister que a produção local se adapte a um capital cada vez mais versátil da economia mundial. Cria-se um produto, com pequenas variações de características específicas, ligando-se o *global* ao *local* e ao *diverso*. Poder-se-ia fazer referência, entre outros, ao *marketing* global do McDonald’s, da Disneylândia, das cadeias de hotéis Hilton e Holiday Inn (de origem americana). Também veículos de comunicação global, como a

News Corporation, de Rupert Murdoch, ou a Sony Corporation, do Japão, constroem e propagam as preferências e as posturas de destaque por todo o mundo. Pode-se identicamente considerar Londres, Nova Iorque ou Tóquio como cidades globais, de onde provém o controle mundial de circulação de “imagens, informações, bens e serviços padronizados”.

Se se refletir aí sobre o emprego do termo *global*, ver-se-á que ele é postiço, uma vez que ele encobre sua procedência. É compreensível que essa ideologia d *marketing* se difunda principalmente a partir dos Estados Unidos, do momento em que ela concorre para lhes fortalecer a hegemonia. É do interesse deles que se diga, por exemplo, que a Coca-Cola, a Disney ou os hotéis Hilton sejam empresas globais antes de serem norte-americanas, o que, nesse contexto, faz certo sentido. Entretanto, o que não se compreende é que o resto do mundo aceite tal impostura.

A ilusória especificidade do produto atende à demanda de um *marketing* global, que se realiza por meio dos *shopping centers* existentes em grande quantidade no mundo capitalista moderno. Constatase neste último quarto de século uma vitalidade do capitalismo que se dissemina e atinge todo o globo, verticalizando a influência sobre o quotidiano das sociedades ocidental e ocidentalizada, e interiorizando-se na política e na cultura, e no bem-estar social. Essa influência faz-se sentir também na educação, nas artes, nos meios de divulgação, na saúde, na seguridade social, e até na polícia e nos serviços penitenciários.

Lamentavelmente, tem-se de reconhecer que o planeta passa por uma metamorfose que busca transformá-lo numa imensa zona de livre comércio. Isto é expresso sintomaticamente, no quotidiano, por uma ideologia que busca fazer-nos ingressar numa sociedade global. Como aponta Alain Touraine (1996, p. 6),

uma coisa é afirmar o triunfo de uma sociedade de mercado; outra, totalmente diferente, é dizer que a sociedade deve ser regulada como um mercado, e, portanto, ser liberal, ou, seja, capaz de reduzir, tanto quanto possível, as intervenções voluntaristas do Estado, dos monopólios, da Igreja.

A política de consumo passou a visar o corpo e o sexo. Como afirma Kumar (1997, p.201), “a publicidade tem procurado nos conscientizar de novas ansiedades de identidade e segurança pessoal e garantir-nos que há mercadorias e serviços que podem satisfazer todas as nossas necessidades e aliviar todos os nossos medos”. Em todos os

espaços o capitalismo montou uma estratégia para transformar tudo em mercadoria a ser consumida.

Diversos autores distinguem duas formas principais do que chamam pós-modernismo: um pós-modernismo adaptativo e um pós-modernismo de resistência. O primeiro parece ajustar-se à demanda do chamado “capitalismo tardio”. Incensa a cultura de massa, o consumismo e o comercialismo. Com respeito à cultura de elite, assume uma postura marcadamente populista. Adere ao *slogan* “Compro, logo existo”. Como atitude de vida, ao menos aparentemente, se ajusta aos diversos aspectos do modo de vida da nova classe média “pós-industrial”, como “na mídia, na publicidade, na educação superior e nas finanças”. O segundo resiste à cultura capitalista contemporânea, gerando movimentos sociais que reivindicam maior liberdade de pensamento e ação no que toca aos reclamos das minorias, com respeito a sexo, raça, ou mesmo melhores condições locais de vida, preservando sua singularidade doméstica. São solidários aos que se opõem à homogeneização capitalista.

A globalização pode significar ainda uma nova perspectiva de cidadania e de consciência global. O chamado pensamento pós-moderno, que veicula a globalização, nesse aspecto, se volta contra a tentativa de unificar a história ou o segmento geográfico do globo. Se, por um lado, há o reconhecimento de uma utopia nacionalista ou localista, por outro, paradoxalmente, reconhece-se o direito de mobilização de um novo florescimento de qualquer nação local.

Daí acrescentar-se que “o pós-modernismo, de uma maneira, reage contra o universalismo do Iluminismo, mas, de outra, promove o cosmopolitismo iluminista” (Ibidem, p. 203), isto é, espera-se que o produto multinacional, ao invadir o local, encontre resistências provindas das peculiaridades contextuais e culturais. Deverão ser mobilizadas forças locais que aproveitem o máximo da interação entre global e local.

Ao contrário da economia de mercado, uma sociedade de mercado jamais vingará porque a sociedade, que tem como agentes seres humanos, necessita de instituições que estejam coerentes com seus objetivos, como liberdade política e justiça social. O que se pode observar é que o crescimento da sociedade global, se isto, realmente, está sendo possível, tem-se defasado com relação ao da economia global.

A partir daí e-se levado a pensar nos países do Terceiro Mundo, em que “o êxodo rural, migrações, explosão demográfica, pobreza e marginalidade”, fazem com que eles se apresentem quase que completamente frágeis e impotentes diante da ação de agentes político-sociais poderosos.

Como exemplo ilustrativo, poder-se-ia citar, *mutatis mutandis*, a visita do presidente Clinton em outubro de 1997 ao Brasil, revestida, aparentemente, de encantadora simpatia, mas nem por isso destituída de séria busca de objetivos.

Pela competente cobertura feita pelo *Jornal do Brasil* de 16.10.97, Primeiro Caderno, com abundância de detalhes e imagens, destacando-se a foto do presidente tentando tocar tamborim e ocupando quase toda a primeira página, pode-se apreciar a performance de um estrategista político exemplar. Consciente dos conflitos sociais gerados pelos impasses neoliberais, Clinton se adianta a dizer que “a globalização não reduziu os problemas sociais”. E acrescenta: “Estudamos as possibilidades de incrementar nosso comércio global, mas temos de trabalhar arduamente para reduzir as lacunas entre os que têm e os que não têm, e assim garantir que todos tenham trabalho no futuro que estamos construindo.” Aí pode-se registrar a preocupação de negociar nas duas frentes, a da integração comercial e a do progresso social.

É bem contraditória a referência acima, do momento em que, segundo alguns estudiosos, é a própria globalização do sistema que se coloca como a causa que impede a garantia do bem-estar dos cidadãos, até no chamado Primeiro Mundo.

Principalmente nos países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, o Estado teve papel importante na manutenção da estabilidade econômica, buscando oferecer igualdade de oportunidades e assistência social básica. Entretanto, bem diferente desse passado não tão longínquo, na era globalizada os recursos para fins sociais foram duramente prejudicados, porque o capital escapa da taxaço muito mais facilmente do que o trabalho.

Segundo o economista Dani Rodrik, apud George Soros (*Veja*, 24.12.97, p. 90), “a globalização aumenta as demandas sobre o Estado, para que ele proveja benefícios sociais, enquanto reduz a capacidade de atender a essas demandas”, o que conduz ao cerne do conflito social. “Se os serviços são muito reduzidos, no momento em que a estabilidade está em alta, o ressentimento popular pode levar a uma nova onda de protecionismo, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa”.

Continuando o discurso: “No Brasil, nos Estados Unidos e pelo hemisfério afora, muitas pessoas questionam a pressão da competição e não sentem os benefícios das mudanças que estão em curso.” Com relação aos que têm e os que não têm, o tal abismo é, para ele, “uma praga antiga na América Latina, a qual precisa ser tratada com mais seriedade, não só por governos, mas também pela iniciativa privada”.

Esta fala nos faz pensar no relacionamento entre capitalismo e democracia. Como aconteceu no Japão, na Coréia e nos “tigres” do Sudeste Asiático, o Estado se aliou a empresas locais que necessitavam de ajuda e colaborou para que elas acumulassem capital. Tem-se um modelo de desenvolvimento que transita da autocracia e da acumulação de capital para a democracia e a prosperidade. Naturalmente, isso ocorre mais facilmente em países prósperos do que em países pobres. Entretanto, não é assegurada a transição da autocracia para a democracia, porque os que estão em posição de mando não querem, de maneira alguma, abrir mão de seu poder.

O pomo da discórdia da época, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) só foi mencionada uma vez, apoiando-se argutamente na referência ao Mercosul, sobre o qual teve sua opinião mudada em virtude de circunstâncias políticas contrárias: “Esperamos que cada passo desse processo de integração hemisférica, seja no Mercosul ou no Nafta, seja onde for, nos leve ao objetivo comum, que é uma área de livre comércio das Américas em 2005”. Américas, para o presidente, é a parcela do globo que vai do Alasca à Patagônia. Felizmente, para nós, isso não aconteceu.

Mercados comuns foram um tema recorrente. E com a idéia obsessiva de garantir a hegemonia dos Estados Unidos, referia-se sempre ao Mercosul como algo compatível com aquela pretensão: “Eu quero que a América lidere o processo de integração econômica, elevando os padrões de vida do nosso hemisfério e também do mundo”.

É ilusório crer que um país se desenvolva sem uma política forte, do ponto de vista de seu sistema e de sua vontade. Daí a existência do Mercosul que busca para o Cone Sul uma união econômica do tipo europeu, que concorra para criar um ator político nacional. Naturalmente, esse vislumbre de fortalecimento assusta o presidente americano, que não queria que se enfraquecessem os laços comerciais com a periferia, e, tendo uma meta a alcançar mais ampla em 2005, o livre comércio das Américas.

Plano Real, prosperidade brasileira, educação e tecnologia, Internet e novas tecnologias de comunicação, foram também assuntos inseridos inteligentemente em seu discurso.

E com fecho de ouro, no discurso em São Paulo, questiona: “Que países têm feito mais pela economia global?” Ao que responde: “As nações precisam ter o globo dentro de suas fronteiras. Esta é uma lição que Brasil e Estados Unidos não devem jamais esquecer.”

No discurso pronunciado em Brasília, Clinton declara que “Brasil e Estados Unidos têm uma responsabilidade muito especial, que é a de liderar as Américas no

século XXI”. Segundo analistas de diferentes tendências essa afirmação seria resultante da impressão que lhe causaram o peso da economia brasileira, a extensão geográfica, a população expressiva, e a política externa adotada no século XX. Mesmo assim, é de se admirar que um país de Primeiro Mundo, que tem a dianteira econômica, queira aliar-se a um país “em desenvolvimento”. Com respeito ao que José Carlos Braga expõe sobre o assunto em foco, acusa-se um abismo entre os dois pontos de vista. Segundo este autor, a globalização vive sob o seu espectro de nem colapso nem desenvolvimento. A instabilidade contemporânea tem sido perversa, no sentido de querer “combinar alta especulação financeira com crescimento mínimo, coisa capaz de evitar o colapso, garantir em geral – com o apoio dos tesouros nacionais e dos bancos centrais – os lucros de todo tipo e arrebentar com a maior parte das periferias sociais e geográficas” (BRAGA, 01.09.96, p. 3).

Ainda segundo o autor citado, ao invés de um porvir promissor, se nos afigura uma catástrofe que tem sua causa: na paulatina estagnação da economia desde os anos 70, em comparação com anos anteriores; no declínio gradativo da força econômica dos Estados Unidos, apesar de ainda hegemônico do ponto de vista monetário, industrial, comercial e fiscal; no fenômeno de desemprego estrutural da Europa; na tendência, nos anos 90, à desestruturação do capitalismo japonês, caracterizado, antes, pela organização; na mercantilização desordenada e bárbara da Rússia; no processo de desindustrialização da América Latina, que tem, incondicionalmente, como meta, “a estabilização a qualquer preço, baseada em âncoras artificiais, sobretudo, a cambial”; na situação da África, que torna o continente indesejável aos investidores, no que toca a qualquer missão civilizatória.

Salta aos olhos, finalmente,

uma economia fetichizada em que a circulação monetária e financeira ampliada em vertiginosa espiral guarda tênue correspondência com os fundamentos econômicos esmaecidos do investimento produtivo, da renda (lucros operacionais e salários), do emprego, da infra-estrutura econômica e social (Idem).

Acrescente-se ainda, a decadência das dívidas financeirizadas dos estados nacionais que crescem gradativamente, em vista de seus títulos nutrirem a juros o capital globalizado.

O que se disse até agora seria suficiente para fornecer elementos de análise da visita de um presidente americano ao Brasil, em outubro de 97. Preservando a

hegemonia do país que governa, seria bastante conveniente, para ele, associar-se a um país que ainda guarda reservas de extensão territorial e perspectiva de progresso, fortalecido pela existência de uma Amazônia, já caracterizada como “pulmão do mundo”.

Ao acolher o globo em suas fronteiras, o Brasil terá nelas, prioritariamente, os Estados Unidos, que, com isso, alargarão seus limites territoriais.

O Brasil e os demais países das Américas, de economias periféricas, de acordo com o quadro atual da divisão internacional do trabalho, da renda e da riqueza, já tem reduzidos seus graus de liberdade na reestruturação de suas economias. E o que ainda estará por vir?

Pelo que se relatou, e segundo A. Giddens (2002, p. 13), há razões “fortes e objetivas para se acreditar que estamos atravessando um período importante de transição histórica”.

Como um fenômeno pluridimensional e inovador a globalização põe em jogo um sem número de formas de risco que vão desde as envolvidas na economia eletrônica global até a vida quotidiana de cada um.

Há de se atentar, portanto, para a importância do que se refletiu.

O mundo contemporâneo escapou aos moldes delineados pelos iluministas e por Marx, no sentido de que o homem, por meio de sua racionalidade, poderia mudar os rumos da história. A ciência e a tecnologia tornaram-se globalizadas e, muitas vezes, em sua escalada de progresso prestam desserviço à humanidade, caso da poluição ambiental, do efeito-estufa e do buraco de ozônio.

Conduzida pelo Ocidente, a globalização continua a carregar a marcante influência do poder americano, político e econômico, com extrema desigualdade em suas conseqüências. Mas, numa ocorrência de fatos em escala global, ela afeta também os Estados Unidos.

Paradoxalmente, a globalização estimula a expansão da democracia e denuncia os limites das estruturas democráticas mais conhecidas.

Faz-se mister, pois, que o homem se conscientize do momento que vive assumindo o controle de um mundo que, cada vez mais, perde sua legítima direção.

Milton Santos (2001, p. 154) adverte que

a globalização atual e as formas brutais que adotou para impor mudanças levam à urgente necessidade de se rever o que fazer com as coisas, as idéias e também com as palavras. Qualquer que seja o debate, hoje, reclama a explicação clara e coerente dos seus termos, sem o que se pode facilmente cair no vazio ou na ambigüidade.

A história de cada nação é amesquinhada em nome do alcance de metas quantitativamente indiciais de progresso, hegemônicas, que decorrem da abertura e da obediência dos países subjugados, tendo, como conseqüências, mais fragmentação e mais desigualdade. Neste *status quo* é notório que o discurso da globalização, em suas múltiplas faces, sirva de alicerce ao poder dos Estados, das empresas e das instituições internacionais. Sem esperança de um futuro promissor, instala-se um sentimento de indiferença que contamina jovens e até mesmo intelectuais.

Seguindo a óptica do pensamento único, apresentam-se apenas algumas possibilidades de realização, omitindo-se outras que se poderão manifestar, quer sejam já existentes ou perfeitamente passíveis de existir.

Seguindo ainda as pegadas de Milton Santos (2001, p. 161), que crê na viabilidade do surgimento de uma outra globalização, ao invés de um, se depararão muitos futuros, “que resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência entre o reino das possibilidades e o reino da vontade”. E acreditando na perspectiva de um futuro diferente assinalam-se desde já algumas manifestações:

a tendência à mistura generalizada entre os povos; a vocação para uma urbanização concentrada; o peso da ecologia nas construções históricas atuais; o empobrecimento relativo e absoluto das populações e a perda da qualidade de vida das classes médias; o grau de relativa docilidade das técnicas contemporâneas; a “politização generalizada”, permitida pelo excesso de normas; e a realização possível do homem com a grande mutação que desponta (Idem).

Neste início de século, a palavra velocidade cada vez mais faz sentido. Tomando as técnicas como normas que seguem uma diretriz política de poder, instala-se um círculo vicioso. Nas diversas camadas da vida social, a rapidez dos processos conduz à maior rapidez nas mudanças, que, por sua vez, acelera novos processos e gera a necessidade de novos seres organizadores.

Constata-se, assim, o império das normas, constituídas por agentes centralizadores, planetários, ubíquos. Registrando-se algumas vezes o conflito entre elas, produz-se, para os indivíduos, uma atmosfera de insegurança, e até mesmo de medo. Apesar disso, e acendendo a esperança do reavivamento, apontam-se os que não

se deixam vencer por esse império e buscam cada vez mais conscientizar-se quanto ao destino do Planeta e do Homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 2 – BRAGA, José Carlos de Souza. O espectro que sonda o capitalismo. In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 01.09.96.
- 3 – FEATHERSTONE, Mike et alii. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Trad. de Attilio Brunetta. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- 4 – GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado – o que a globalização está fazendo de nós*. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges: 2ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- 5 – HARVEY, P. *The condition of Postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- 6 – KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- 7 – MORIN, E., LEFORT, C. e CASTORIADIS, C. *Mai 68: La Brèche suivi de Vingt ans après*. Bruxelles: Complexe, 1988
- 8 – SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- 9 – SOROS, George. Por uma sociedade global aberta. In: *Rev. Veja*. São Paulo, Abril, 24.12.97. Ano 30, n. 51.
- 10 – THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Trad. Instituto de Psicologia CUPRS. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- 11 – TOURAINE, Alain. O canto de sereia da globalização. In: *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 14.07.96.